

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.402 - RJ (2019/0137070-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : **IARA BARROUIN CARVALHO DE SOUZA**
ADVOGADOS : **GABRIELA GUARILHA PIMENTEL DE FREITAS - RJ103597**
LUIZ ALBERTO PINHEIRO DE CASTRO NEVES E OUTRO(S) -
RJ104659
AGRAVADO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADOS : **BRUNO VAZ DE CARVALHO - RJ097626**
DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENÇO E OUTRO(S) -
RJ116610

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE MULTA QUANDO PENDENTE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PELO JUÍZO PARA CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO.

1. O artigo 536, caput e § 1º, do Código de Processo Civil/2015 prevê a possibilidade de aplicação de multa diária como meio coercitivo para impor o implemento de medida antecipatória ou de sentença definitiva de obrigação de fazer.

2. No caso dos autos, o título executivo previu que a restrição na conta corrente da ora agravante "*deve-se limitara 30% dos ganhos que tenham por base somente os proventos de aposentadoria e pensão creditados na conta da Caixa Econômica Federal, excluída os descontos obrigatórios (Previdência e IR, acaso incidentes)*".

3. Já na fase de cumprimento do julgado, em 06/11/2017, a CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL informou que não teria como cumprir a obrigação sem o contracheque, requerendo a "intimação da parte autora para que apresente o contracheque da UFF atualizado", para que fosse possível o cumprimento da obrigação, tendo o juízo feito tal determinação no dia 30/11/2017. O contracheque foi anexado aos autos no dia 12/12/2017 e a CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL foi intimada eletronicamente em 20/12/2017.

4. Como constou na decisão, o juízo concedeu prazo até o dia 14/03/2018 para que a ora agravada cumprisse a obrigação. Cessado o prazo, em 11/04/2018, destacou o juízo que "intime-se, novamente, a CEF para comprovar o cumprimento à obrigação de fazer fixada no julgado, no prazo de 10 (dez) dias, devendo, ainda, no mesmo prazo, demonstrar a este Juízo seu atendimento, sob pena de multa de R\$500,00 (quinhentos reais) por cada dia de descumprimento, limitada ao valor atribuído à causa devidamente atualizado, a ser paga em favor da parte exequente, com fulcro no parágrafo 1º do artigo 536 do CPC/2015, sem prejuízo de eventual condenação em litigância de má-fé se verificado o descumprimento injustificado da ordem judicial, além de responsabilização por crime de desobediência".

5. A parte agravada requereu a dilação de prazo, *"em virtude de necessidade de sua área técnica cumprir o determinado em juízo"* e, em 04/05/2018, o juízo concedeu a extensão do prazo para o cumprimento da obrigação.

6. Após o requerimento da parte ora agravante, formulado em 16/05/2018, o juízo indeferiu a incidência da multa, ao fundamento de que o atraso no cumprimento da obrigação se deu pela demora da parte autora em fornecer o contracheque e o prazo para cumprimento da obrigação pela agravada apenas cessaria em 19/06/2018.

7. Considerando que a parte agravante não se insurgiu, no momento oportuno, diante das diversas prorrogações de prazo deferidas pelo juízo, apenas vindo a requerer a aplicação da multa quando pendente a dilação de prazo concedida para o cumprimento da obrigação, o presente recurso deve ser desprovido.

8. Destaca-se que, esgotada a prorrogação do prazo, em 26/06/2018, o próprio juízo fixou a multa por descumprimento da obrigação.

9. Agravo de instrumento desprovido.

Nas razões do especial, aponta a parte agravante violação dos artigos 514, 537 e 1.022 do Código de Processo Civil, alegando a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional com a rejeição dos embargos de declaração sem suprimento da contradição relativa à oportunidade para pleitear a reforma da decisão do Juízo de 1º grau que postergou a aplicação da multa cominatória pelo descumprimento da sentença.

Afirma que não há se falar em preclusão da matéria, haja vista poder questionar a aplicação da multa cominatória, toda vez que a medida judicial se mostrar

ineficaz.

Defende, ainda, que a parte adversa não questionou em momento oportuno, o fato de não deter todos os elementos para o efetivo cumprimento da ordem judicial que previa multa cominatória, devendo arcar com o ônus da demora.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

No tocante à preliminar, não observo omissão no acórdão, senão julgamento contrário aos interesses da parte agravante, o que não autoriza, por si só, o acolhimento de embargos de declaração nem sua rejeição importa em violação à sua norma de regência.

Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, para fins de convencimento e julgamento. Para tanto, basta o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, o que se observa no presente caso, havendo fundamentação quanto ao decurso do prazo para a agravante questionar a decisão do Juízo executório, revelando que os motivos da decisão encontram-se objetivamente fixados nas razões do acórdão recorrido.

A Corte federal apresentou a seguinte fundamentação para negar provimento ao agravo de instrumento (fls. 38-39, e-STJ):

No caso dos autos, o título executivo previu que a restrição na conta corrente da ora agravante *"deve-se limitar a 30% dos ganhos que tenham por base somente os proventos de aposentadoria e pensão creditados na conta da Caixa Econômica Federal, excluída os descontos obrigatórios (Previdência e IR, acaso incidentes)"*.

Já na fase de cumprimento do julgado, em 06/11/2017, a CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL informou que não teria como cumprir a obrigação sem o contracheque da ora agravada, requerendo a *"intimação da parte autora para que apresente o contracheque da UFF atualizado"* (fls. 474/475), para que fosse possível o cumprimento da obrigação, tendo o juízo feito tal determinação no dia 30/11/2017 (fl. 487). O contracheque foi anexado aos autos no dia 12/12/2017 (fls. 489/490) e a CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL foi intimada eletronicamente em 20/12/2017 (fl. 492).

Como constou na decisão de fl. 509, o juízo concedeu prazo até o dia 14/03/2018 para que a ora agravada cumprisse a obrigação.

Cessado o prazo, em 11/04/2018, destacou o juízo que *"intime-se, novamente, a CEF para comprovar o cumprimento à obrigação de fazer fixada no julgado, no prazo de 10 (dez) dias, devendo, ainda, no mesmo prazo, demonstrar a este Juízo seu atendimento, sob pena de multa de R\$500,00 (quinhentos reais) por cada dia de descumprimento, limitada ao valor atribuído à causa devidamente atualizado, a ser paga em favor da parte exequente, com fulcro no parágrafo 1o do artigo 536 do CPC/2015, sem prejuízo de eventual condenação em litigância de má-fé se verificado o descumprimento injustificado da ordem judicial, além de responsabilização por crime de desobediência"*. (fl. 520)

A parte agravada requereu a dilação de prazo, *"em virtude de necessidade de sua área técnica cumprir o determinado em juízo"* (fl. 523) e, em 04/05/2018, o juízo concedeu a extensão do prazo para o cumprimento da obrigação (fl. 524).

Após o requerimento da parte ora agravante, formulado em 16/05/2018 (fls. 526/528), o juízo indeferiu a incidência da multa, ao fundamento de que o atraso no cumprimento da obrigação se deu pela demora da parte autora em fornecer o contracheque e o prazo para cumprimento da obrigação pela agravada apenas cessaria em 19/06/2018 (fl. 530).

Considerando que a parte agravante não se insurgiu, no momento oportuno, diante das diversas prorrogações de prazo deferidas pelo juízo, apenas vindo a requerer a aplicação da multa quando pendente a dilação de prazo concedida para o cumprimento da obrigação, o presente recurso deve ser desprovido.

Destaca-se que, esgotada a prorrogação do prazo, em 26/06/2018, o próprio juízo fixou a multa por descumprimento da obrigação (fl. 533).

É certo que, em julgados uníssomos, *"A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que o artigo 461 do Código de Processo Civil de 1973 (correspondente ao art. 537 do NCPC) permite ao magistrado, de ofício ou a requerimento da parte, afastar ou alterar o valor da multa quando este se tornar insuficiente ou excessivo, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, não havendo espaço para falar em preclusão ou em ofensa à coisa julgada"* (AgInt no AREsp 1501420/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 6/11/2019).

O caso dos autos, no entanto, não se amolda à referida orientação, em razão do que ficou consignado no acórdão de origem, cuja fundamentação foi de que a revisão do ato judicial se encontrava preclusa, dada a inércia da parte em questionar, na primeira oportunidade, a condição suspensiva deferida pela decisão do Juízo de 1º grau.

Rever tal contexto fático delineado pelo Tribunal de origem esbarraria no óbice da Súmula 7/STJ.

Confirmam-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - INTIMAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 475-J DO CPC/73 - RECORRIBILIDADE - APLICAÇÃO DA SÚMULA 83 DO STJ - RECONHECIMENTO DE CONDIÇÃO SUSPENSIVA DA AÇÃO EXECUTIVA PELA CORTE ESTADUAL - NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 07 DO STJ.

1. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, firmada na égide do Código de Processo Civil de 1973, possui caráter decisório o ato judicial que determina a intimação da parte executada para pagamento do débito indicado na petição de cumprimento de sentença, sob pena de incidência da multa prevista no art. 475-J do CPC/73. Aplicação da Súmula 83 do STJ.

2. Não há, na via excepcional, como derruir os argumentos da Corte Estadual quanto à existência, na hipótese, de uma condição suspensiva à exigibilidade da multa cominatória, impossibilitando a sua execução, pois a sua superação demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que atrai, no ponto, a incidência da Súmula 07 do STJ.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1258517/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 27/3/2018)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. SUPOSTA IRREGULARIDADE DE PROVA PERICIAL. PRECLUSÃO. REEXAME DO SUPORTE FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ.

1. Em se tratando de nulidade relativa, nos termos do art. 245 do

CPC/73, deve esta ser arguida na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos. Assim, diante da inércia do interessado quanto às supostas irregularidades na perícia, operou-se a preclusão.

2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ).

3. Embargos de declaração acolhidos em parte, sem efeitos modificativos, apenas para prestar os esclarecimentos acima.

(EDcl no AgInt nos EDcl no REsp 1781593/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 30/9/2019)

Quanto à alegada violação ao art. 514 do CPC/15, verifico que não houve debate na origem sobre o ponto, não servindo de fundamento a conclusão adotada pelo Tribunal estadual, estando ausente o requisito indispensável do prequestionamento, exigido, inclusive, para as matérias de ordem pública. Incidem, na hipótese, as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Nesse sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APONTADA OMISSÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. VERIFICADA FALTA DE APRECIÇÃO DA ALEGAÇÃO RELATIVA AO EFEITO TRANSLATIVO DO RECURSO ESPECIAL. COISA JULGADA. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO.

1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, na instância especial, é vedado o exame ex officio de questão não debatida na origem, ainda que se trate de matéria de ordem pública.

2. Não tendo sido discutida nas instâncias ordinárias a questão da prescrição, é inviável sua apreciação nesta instância. Incidem no caso as Súmulas 282 e 356/STF.

3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.

(EDcl no AgRg no REsp 948.003/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 3/12/2013)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora